

Piauí firma cooperação para execução do Crédito Fundiário

por Redação CCOM

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Governo do Piauí assinam, nesta quarta-feira (19), um termo de cooperação para execução do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) no Estado. A assinatura acontece durante a abertura do 1º Encontro Estadual de Capacitação em Reforma Agrária e Crédito Fundiário, a ser realizada a partir das 14h30, no Centro de Treinamento Socopinho, em Teresina. Estão confirmadas as presenças do governador do estado e do secretário de Reordenamento Agrário.

O termo de cooperação visa definir as responsabilidades dos parceiros estaduais do Programa na execução das atividades de mobilização, capacitação, contratação e monitoramento das unidades produtivas de economia familiar. Está em andamento, ainda, a assinatura de um convênio que garantirá o repasse dos recursos necessários para a continuidade do PNCF no Estado.

“A continuidade das ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Piauí garantirá a contratação de mais de cinco mil novas famílias de trabalhadores e

trabalhadoras rurais e representará um investimento de até R\$ 200 milhões, contribuindo com o combate à pobreza rural e à melhoria da qualidade de vida das famílias no campo”, afirma o secretário de Reordenamento Agrário.

O Piauí é o Estado com o maior número de famílias beneficiadas, 12.400, totalizando uma área adquirida de 311 mil hectares e R\$ 206 milhões investidos pelo Governo Federal por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Orçamento da União.

O Programa

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma política pública de acesso à terra e de investimentos básicos e produtivos, permitindo a aquisição e estruturação de Unidades Produtivas em base de economia familiar. O Programa também oferece apoio à inovação tecnológica para formação de agricultores, assistência técnica e capacitação.

O PNCF vem promovendo importantes mudanças na estrutura fundiária em bolsões de pobreza e criando oportunidades a meeiros, posseiros e outras pessoas que vivem da terra, para que consigam conquis-

tar seu próprio espaço produtivo. A autonomia e a descentralização são princípios fundamentais do Programa. Os agricultores escolhem e negociam o valor da terra, encaminham a proposta de financiamento, definem o projeto produtivo e a assistência técnica.

O financiamento tem o valor máximo de R\$ 40 mil, por família, considerando a compra da terra, assistência técnica e implementação de infraestrutura produtiva. Os juros variam entre 3% e 5% ao ano com prazo de até 17 anos para quitar o financiamento, incluindo a carência de dois anos, com condições especiais para pagamentos realizados no dia.

Linhas e Adicionais

O Programa possui duas linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural e Consolidação da Agricultura Familiar. Para incentivar a inclusão e equidade de grupos específicos, conta, ainda, com adicionais para públicos específicos, tais como o PNCF Mulher, Terra Negra Brasil e Nossa Primeira Terra.